

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício 2020



SICOOB
São Miguel

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Associados,

Apresentamos as demonstrações financeiras do exercício 2020 da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados – Sicoob São Miguel SC na forma da legislação em vigor.

1. O Sicoob São Miguel

O Sicoob São Miguel é uma cooperativa de crédito singular integrada ao Sistema Cooperativo de Crédito do Brasil, o Sicoob. Fundada por 34 agricultores, em 2020, a cooperativa completou 31 anos de atividades.

As cooperativas de crédito singulares são instituições financeiras não bancárias, controladas por seus associados e oferecem a eles os mesmos produtos e serviços financeiros que qualquer outra instituição. Além da captação de cotas capitais, captam depósitos à vista e a prazo que lhes permitem capacidade na concessão de crédito. São administradas por Conselhos formados por associados eleitos em assembleia. Seguem uma legislação cooperativista, os normativos do Conselho Monetário Nacional e são supervisionadas pelo Banco Central do Brasil.

1.1 – Direcionadores Estratégicos

Propósito

Conectar pessoas para promover justiça financeira e prosperidade.

Missão

Promover o desenvolvimento econômico e social, prestando serviços financeiros inovadores com excelência e ética, visando a satisfação dos cooperados e sociedade.

Visão

Ser referência em soluções financeiras, gerando valor e prosperidade para os associados e comunidade.

Valores

Transparência – Ser transparente nas relações internas e externas;

Ética – Ser honesto e justo nas atitudes e ações;

Prontidão – Vitalidade e aprendizagem contínua;

Solidariedade – Prática da cooperação com harmonia nas relações interpessoais internas e externas;

Inovação – Transformar necessidades em oportunidades;

Bravura – Ser ousado e prudente para superar desafios e conquistar o sucesso tendo foco nas pessoas e seus resultados;

Princípios cooperativos – Tratar as diversidades com igualdade.

1.2 Nossa Atuação

Estamos presentes nos três estados do Sul do Brasil, ao encerrar 2020 o Sicoob São Miguel possuía 44 agências sendo 43 pontos de atendimentos físicos e uma agência digital.

Municípios com agências:

Santa Catarina: São Miguel do Oeste, Guaraciaba, São José do Cedro, Guarujá do Sul, Dionísio Cerqueira, Palma Sola, Anchieta, Romelândia, Paraíso, Bandeirante, Princesa, Barra Bonita, Indaial, Ascurra, Apiúna e Joinville.

Paraná: Flor da Serra do Sul, Salgado Filho, Bom Jesus do Sul e Manfrinópolis.

Rio Grande do Sul: Carlos Barbosa, Guaporé, Nova Prata, Veranópolis, Espumoso, Soledade, Lajeado, Encantado e Teutônia.

2. Nosso Desempenho

Os resultados apresentados são frutos do trabalho e da confiança que os associados depositam na cooperativa. Apesar de todo esse cenário de 2020, o Sicoob São Miguel mais uma vez mostra a força do cooperativismo e fecha o ano com excelente desempenho e crescimento.

2.1 Ativos Totais - Em dezembro de 2020, o saldo registrado era de R\$1,9 bilhão, crescimento de 40% em relação a dezembro/2019.

2.2 Operações de Crédito - Em dezembro de 2020, o saldo registrado era de R\$1,1 bilhão, com crescimento de 50% em relação a dezembro/2019.

- 2.3 Depósitos Totais, incluindo captação de Letras de Crédito do Agronegócio – LCA e Letras de Crédito Imobiliário - LCI** – Em dezembro/2020 o saldo registrado era de R\$1,4 bilhão, com crescimento de 46% em relação a dezembro/2019.
- 2.4 Capital Social** – Em dezembro/2020 o saldo registrado era de R\$ 80 milhões, com crescimento de 4% em relação a dezembro/2019. No encerramento de 2020 o capital social foi remunerado em 100% da SELIC, foram pagos R\$ 2,1 milhões aos associados através de integralização em cota capital.
- 2.5 Associados** – Em dezembro/2020 o quadro de associados era composto por mais de 88 mil associados, havendo um acréscimo de 6% em relação ao exercício anterior.
- 2.6 Patrimônio de Referência – PR** - O Patrimônio de Referência do Sicoob São Miguel em dezembro/2020 fechou em R\$ 229 milhões, havendo um acréscimo de 18% em relação ao exercício anterior.
- 2.7 Sobras** – As sobras do exercício 2020 considerando a remuneração ao capital e utilização de fundos e reservas foi de R\$ 47 milhões, havendo um acréscimo de 7%. Após realizadas as destinações estatutárias serão levadas para a Assembleia Geral Ordinária o montante de R\$ 18 milhões, havendo um aumento de 9% em relação ao exercício anterior.
- 2.8 Profissionais** - Este ano que passou nossos profissionais foram desafiados a se adaptar, agir com dinamismo e coragem e temos muito orgulho dos resultados atingidos, da garra e determinação do time, que temos satisfação de dizer que aumentou em 2020. Encerramos o ano com um aumento de 6% nas contratações em comparação a 2019, sendo que o quadro de profissionais da cooperativa estava composto por 54% de mulheres e 46% de homens, totalizando 533 profissionais.

3. Cenário Econômico

Iniciamos o ano de 2020 com grandes expectativas e assim, como o mundo todo, fomos surpreendidos pela COVID-19. Foi um ano desafiador a pandemia teve muitos fatores negativos, mas por outro lado trouxe muito aprendizado e promoveu a aceleração para as decisões e mudanças. As dificuldades foram superadas e alcançamos excelentes resultados.

Em relação a pandemia especificamente, antes de tomarmos qualquer decisão, foi necessário cautela, entender do que se tratava, avaliar o cenário, traçar planos e assim nos adaptamos para seguir em frente.

Todo esse contexto gerou mudanças que nem o mercado e nem a sociedade estavam preparados. Todos os ajustes em nossa maneira de trabalhar foram pautados nas orientações sanitárias, governamentais e no bom senso, considerando a vida e o cuidado com as pessoas em primeiro lugar.

Um fator preponderante no ano de 2020 foi a significativa queda nos juros, claro que esse não nos pegou de surpresa, pois a partir da experiência e tendências, nós do Sicoob São Miguel já estávamos preparados para essa mudança no mercado, que impactaria positivamente os mais diversos segmentos de negócios.

Com a Pandemia do Coronavírus, veio a paralisação e muitas indefinições. No Sul do país especificamente, houve fechamentos por diversos dias, nos quais, nossos associados, principalmente da área urbana, nos setores do comércio, indústria e prestação de serviços pararam suas atividades. Diversas destas empresas tinham compromissos assumidos com a cooperativa, diante disso, passamos a renegociar as operações, porém com um grande diferencial em relação as práticas do mercado: chamamos todos os associados que tinham interesse em renegociar e que foram afetados pela pandemia, ajustamos condições e prazos com o intuito de viabilizar a continuidade de seus negócios, de modo também que a cooperativa se mantivesse dentro das regras estabelecidas pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e atendesse as necessidades dos associados.

Ainda, por meio de programa do governo federal destinado ao desenvolvimento das microempresas e empresas de pequeno porte, o PRONAMPE, o Sicoob São Miguel atendeu as necessidades e expectativas de mais de 750 associados. Apoiados pela nossa missão, visão e nossos valores, olhando o desenvolvimento da nossa área de atuação, firmamos ainda parcerias com os municípios, onde lançamos linhas de crédito com juros zero, nas quais o poder público assumiu os juros, facilitando ainda mais a vida dos associados.

Sabemos que o agronegócio é um dos alicerces da economia nacional, com o grande assolamento causado pela estiagem no Sul do país, o setor também precisou de apoio, e para isso, criamos linhas de crédito emergencial, para custeios pecuários e agrícolas, com recursos próprios e prazos diferenciados para que fosse possível atender e tornar acessível aos associados, e estes, pudessem efetivar novo plantio de suas lavouras e recompor suas pastagens,

visto a grande perda em decorrência da seca principalmente no setor de leite e gado de corte.

Também, com vistas a amenizar a questão da falta de água na região, criamos linhas de crédito específicas para a captação e armazenamento de água, permitindo que os associados possam saciar a sede de seus animais em plantéis e muitos ainda para irrigar suas plantações, principalmente as pastagens para manter a alimentação dos seus rebanhos.

O ano de 2020 encerrou com a Selic de 2% e para 2021 acreditamos que as taxas de juros vão se manter baixas, assim mais recursos poderão circular na economia, gerando mais negócios, empregos e prosperidade. Esse é um novo jeito, antes e depois da pandemia, sempre buscamos inovar e nos antecipar e para 2021 não será diferente.

4. Governança Corporativa

No Sicoob São Miguel, a governança refere-se ao conjunto de mecanismos estratégicos, fundamentados em valores claros e princípios organizacionais, que sustentam as decisões e estabelecem práticas éticas, assegurando a sustentabilidade da Cooperativa e os interesses dos associados. O exercício da liderança tem como alicerces a transparência, equidade, compliance, olhar sistêmico, visão de futuro e o compromisso com a sustentabilidade.

4.1 Estatuto Social - É o conjunto de normas que regem funções, atos e objetivos da Cooperativa. É elaborado para atender as necessidades da Cooperativa e de seus associados. O estatuto social do Sicoob São Miguel está disponível em: <https://www.sicoob.com.br/web/sicoobsaomiguel/sicoob-sao-miguel>.

4.2 Assembleia Geral – É o órgão supremo do Sicoob São Miguel, tendo poderes, nos limites da lei e do Estatuto, para tomar toda e qualquer decisão de interesse social. É composta por membros do quadro social da Cooperativa. Cada associado será representado na Assembleia Geral da Cooperativa por delegado constituído, conforme disposições do Estatuto Social. De acordo com a Lei 5.764/1971, a Assembleia Geral pode ser classificada como ordinária ou extraordinária.

4.3 Delegados – São membros eleitos pelos demais associados, para representarem seus interesses frente a gestão da cooperativa, bem como participar das decisões em Assembleias. Os delegados, além de representarem o quadro social, também exercem o papel fundamental de contribuir para

aprimorar o diálogo entre a Cooperativa e os associados. Para tanto, todos os Delegados passam por processo de formação e recebem apoio do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva para o adequado exercício da sua função junto aos associados na forma prevista em regulamento próprio. No Sicoob São Miguel os delegados são eleitos para um mandato de 04 (quatro) anos.

4.4 Conselho de Administração - É o órgão da estrutura organizacional que estabelece diretrizes para condução dos negócios relativos ao objeto da sociedade e que delibera sobre questão que envolva a gestão da Cooperativa. É composto por membros efetivos eleitos em assembleia geral, para o mandato de 4 (quatro) anos, devendo ser preenchidos os requisitos estabelecidos em Estatuto Social. Os membros são compostos por 09 (nove) membros, sendo 01 (um) presidente, 01(um) vice-presidente, 01 (um) secretário e 06 (seis) conselheiros vogais, todos associados da Cooperativa.

4.5 Conselho Fiscal - É o órgão responsável pela fiscalização, assídua e minuciosamente, da administração da cooperativa, constituído de 3 (três) membros efetivos e 3 (três) membros suplentes, todos associados, eleitos a cada 2 (dois) anos pela Assembleia Geral, na forma prevista em regimento próprio.

4.6 Diretoria Executiva - Conjunto de responsáveis pela execução das diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração e deve prestar contas a este órgão. O prazo de mandato dos membros é de 4 (quatro) anos. As competências da diretoria executiva estão relacionadas no Estatuto Social e no Regimento Interno da Diretoria Executiva da cooperativa. A diretoria executiva é composta por 3 (três) diretores sendo um Diretor de Negócios, um Diretor Financeiro e um Diretor Comercial.

4.7 Controles Internos - Essa cooperativa possui setor específico de Controles Internos independente e exclusivo, que reporta periodicamente o resultado do seu trabalho aos órgãos de governança. Suas responsabilidades estão previstas no MIG – Controles Internos e Conformidade. São seguidas diretrizes sistêmicas que norteiam as ações desenvolvidas em relação ao Compliance que transcende a ideia de estar em conformidade às leis, regulamentações e auto-regulamentações, abrangendo aspectos de governança, conduta, transparência e temas como ética e integridade.

4.8 Sistema de Ouvidoria – O Sicoob São Miguel conta com canal de ouvidoria para a comunicação entre a cooperativa e os usuários dos produtos e serviços do Sistema. Regulamentada pela Resolução CMN 4.433/2015, a estrutura é centralizada no Bancoob. Todas as demandas registradas são respondidas dentro do prazo estipulado com base na Resolução CMN 4.433/15.

4.9 Auditoria - Os balanços da cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos de Administração, Fiscal e da Diretoria Executiva.

4.10 Regulamentos e Políticas - Além do Estatuto Social, são adotados regimentos, políticas e regulamentos, entre os quais destacamos: Regulamento Eleitoral, Regulamento Eleitoral Delegados, Política de Sucessão, Regimento Interno dos Conselhos de Administração, Fiscal e Diretoria Executiva.

5. Política de Crédito

O Sicoob São Miguel possui política de crédito complementar ao MIG – Crédito, na qual são apresentadas as respectivas alçadas e níveis de votação para deliberação das operações de crédito. Em relação aos critérios de classificação do risco, a cooperativa aderiu ao processo de classificação de risco instituído no MIG – Plataforma de Risco de Crédito, sendo necessário a imputação de informações qualitativas a partir do questionário específico, disponível no módulo Cálculo de Risco e Limites – CRL.

6. Agradecimentos

Agradecemos aos nossos profissionais pelo comprometimento e empenho na geração de resultados prósperos, ao Sicoob Central SC/RS, CCS – Centro Cooperativo Sicoob, OCESC - Organização das Cooperativas de Santa Catarina e demais parceiros pelo apoio incessante e aos associados pela confiança depositada no Sicoob São Miguel, por estarem conosco e nos ajudarem a fortalecer ainda mais o cooperativismo.

São Miguel do Oeste, 29 de janeiro de 2021.

Edemar Fronchetti
Presidente

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS
SÃO MIGUEL DO OESTE – SICOOB SÃO MIGUEL/SC

Balanço Patrimonial

Exercício findos em 31 de dezembro

Em Reais

Descrição	Notas	31/12/2020	31/12/2019
ATIVO		1.895.377.404,30	1.355.979.221,22
Circulante		1.212.390.635,67	972.671.122,72
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	664.856.182,07	519.389.309,65
Disponibilidades		20.821.270,12	26.070.958,93
Centralização Financeira - Cooperativas		634.912.059,99	491.005.994,54
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		9.122.851,96	1.476.698,63
Títulos e Valores Mobiliários		-	835.657,55
Instrumentos Financeiros		47.846.348,38	34.546.104,51
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	47.362.321,93	34.309.692,57
Títulos e Valores Mobiliários	6	484.026,45	236.411,94
Operações de Crédito	7	459.455.826,75	384.407.278,79
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		266.193.773,68	244.333.737,58
(-) Provisão para Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		(12.104.896,06)	(13.995.950,71)
Financiamentos		44.901.204,25	26.986.331,81
(-) Provisão para Operações de Financiamentos		(1.074.193,67)	(969.799,84)
Financiamentos Rurais e Agroindustriais		162.643.302,25	129.116.766,63
(-) Provisão para Financiamentos Rurais e Agroindustriais		(1.103.363,70)	(1.063.806,68)
Outros Créditos	8	18.604.635,80	8.281.045,18
Créditos por Avais e Fianças Honradas		1.412.475,97	1.484.394,04
Rendas a Receber		2.818.256,28	2.615.056,16
Diversos		16.663.605,16	5.782.128,67
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos		547.174,71	57.749,52
(-) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa		(2.836.876,32)	(1.658.283,21)
Outros Valores e Bens	9	21.627.642,67	26.047.384,59
Outros Valores e Bens		29.605.852,45	25.965.418,90
(-) Provisão para Desvalorização de Outros Valores e Bens		(8.168.278,73)	(2.980,49)
Despesas Antecipadas		190.068,95	84.946,18
Não Circulante		682.986.768,63	383.308.098,50
Realizável a Longo Prazo		625.868.320,71	330.065.917,14
Instrumentos Financeiros		759.523,29	814.050,28
Títulos e Valores Mobiliários	6	759.523,29	814.050,28
Operações de Crédito	7	622.049.146,04	317.015.704,74
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		372.849.088,13	249.779.318,62
(-) Provisão para Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		(24.118.323,89)	(30.189.582,25)
Financiamentos		182.378.696,45	80.499.908,08
(-) Provisão para Operações de Financiamentos		(2.408.323,57)	(1.746.777,68)
Financiamentos Rurais e Agroindustriais		94.089.269,89	18.838.363,13
(-) Provisão para Financiamentos Rurais e Agroindustriais		(741.260,97)	(165.525,16)
Outros Créditos	8	3.059.651,38	12.236.162,12
Diversos		-	10.456.254,02
Devedores por Depósitos em Garantia		3.059.651,38	3.014.646,78
(-) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa		-	(1.234.738,68)
Permanente		57.118.447,92	53.242.181,36
Investimentos	10	31.557.933,99	28.070.120,15
Participação em Cooperativa Central de Crédito		30.510.190,52	27.095.041,12
Participação em Instit. Fin. Controlada por Cooperativa Crédito		1.042.518,47	969.854,03
Outros investimentos		5.225,00	5.225,00
Imobilizado de Uso	11	25.381.028,36	25.084.427,22
Imobilizado de Uso		38.519.567,83	36.223.843,90
(-) Depreciação Acumulada do Imobilizado		(13.138.539,47)	(11.139.416,68)
Intangível	12	179.485,57	87.633,99
Ativos Intangíveis		729.243,74	536.224,94
(-) Amortização Acumulada dos Ativos Intangíveis		(549.758,17)	(448.590,95)
Total do Ativo		1.895.377.404,30	1.355.979.221,22

Balanco Patrimonial

Exercício findos em 31 de dezembro

Em Reais

Descrição	Notas	31/12/2020	31/12/2019
PASSIVO		1.647.714.888,16	1.141.607.857,11
Circulante		1.524.647.034,98	1.090.914.207,90
Depósitos	13	1.279.334.064,11	884.036.138,51
Depósitos à Vista		329.178.272,09	135.785.065,23
Depósitos Sob Aviso		4.244.208,03	4.871.451,55
Depósitos a Prazo		945.911.583,99	743.379.621,73
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	14	77.884.589,51	52.361.733,14
Obrigações Por Emissão De Letras De Crédito Do Agronegócio		68.663.390,31	52.361.733,14
Obrigações Por Emissão De Letras De Crédito Imobiliário		9.221.199,20	-
Relações Interfinanceiras	15	110.399.533,25	123.285.010,63
Repasse Interfinanceiros		110.133.011,59	123.161.853,51
Correspondente no País		266.521,66	123.157,12
Relações Interdependências	16	3.061,82	2.870,92
Recursos em Trânsito de Terceiros		3.061,82	2.870,92
Obrigações por Empréstimos e Repasses	17	24.626.153,11	4.551.841,09
Empréstimos No País - Outras Instituições		24.598.320,14	3.423.015,25
Obrigações Por Repasses		27.832,97	1.128.825,84
Outras Obrigações	18	32.399.633,18	26.676.613,61
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados Sociais e Estatutárias	18.1	81.574,52	200.532,74
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas	18.2	8.196.497,59	8.513.237,47
Diversas	18.3	1.786.078,62	1.548.982,69
Provisões Trabalhistas, Fiscais e Cíveis	18.4	22.335.482,45	16.248.788,25
		-	165.072,46
Não Circulante		123.067.853,18	50.693.649,21
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	14	51.479.497,68	26.484.026,79
Obrigações por Emissão de Letras de Crédito do Agronegócio		51.479.497,68	26.484.026,79
Relações Interfinanceiras	15	65.688.514,17	14.983.675,74
Repasse Interfinanceiros		65.688.514,17	14.983.675,74
Obrigações por Empréstimos e Repasses	17	169.433,46	2.668.699,38
Empréstimos No País - Outras Instituições		120.000,00	2.619.654,70
Obrigações Por Repasses		49.433,46	49.044,68
Outras Obrigações	18	5.716.151,97	6.551.970,65
Diversas	18.3	2.640.991,43	3.742.817,02
Provisões Trabalhistas, Fiscais e Cíveis	18.4	3.075.160,54	2.809.153,63
Receita de Exercício Futuros		14.255,90	5.276,65
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	20	247.662.516,14	214.371.364,11
Capital Social	20.1	80.370.752,15	77.301.354,95
De Domiciliados No País		84.088.686,63	78.106.735,43
(-) Capital A Realizar		(3.717.934,48)	(805.380,48)
Reserva de Sobras	20.2	152.722.014,01	124.030.681,12
Sobras ou Perdas Acumuladas	20.3	14.569.749,98	13.039.328,04
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		1.895.377.404,30	1.355.979.221,22

Edemar Fronchetti
Presidente

Pedro Vlademir Schutz
Diretor Financeiro

Camila Erika Nicolau
Contadora
CRC-MG-071309/O-3-T-SC

Demonstração das Sobras ou Perdas
Exercícios findos em 31 de dezembro

Descrição	Notas	Em Reais			
		2º Sem 2020	31/12/2020	2º Sem 2019	31/12/2019
Ingresso/Receita da Intermediação Financeira		70.380.212,65	137.836.113,80	73.751.922,52	143.671.621,05
Receitas de operações de crédito	22	62.776.447,59	120.006.348,07	59.492.652,32	112.834.616,85
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		464.690,15	1.224.733,13	742.506,66	1.052.080,49
Resultado de Operações com Tít. e Valores Mobil. e Instr. Financeiros		12.030,66	36.865,97	38.485,96	82.348,39
Resultado das Aplicações Compulsórias		6.552,08	12.498,13	2.814,53	9.096,31
Ingressos de Depósitos Intercooperativos		7.120.492,17	16.555.668,50	13.475.463,05	29.693.479,01
Despesas de intermediação financeira	23	(19.517.347,81)	(46.083.325,94)	(30.370.552,77)	(61.331.604,51)
Operações de Captação no Mercado		(10.510.015,46)	(25.431.567,49)	(21.581.439,60)	(44.064.388,45)
Operações de Empréstimos e Repasses		(3.144.864,79)	(6.291.742,95)	(2.868.478,36)	(5.549.986,46)
Provisão/Reversão para Operações de Créditos		(5.862.467,56)	(14.360.015,50)	(5.920.634,81)	(11.717.229,60)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		50.862.864,84	91.752.787,86	43.381.369,75	82.340.016,54
Outros Ingressos/Receitas (Dispêndios/Despesas) Operacionais		(18.377.165,49)	(42.287.556,19)	(22.174.534,76)	(41.933.862,11)
Receitas de prestação de serviços	24	12.799.392,30	20.623.500,44	10.746.621,00	19.493.424,49
Rendas de tarifas bancárias	25	7.194.203,78	12.870.493,37	7.302.319,67	14.348.172,86
Despesas de pessoal	26	(23.114.058,11)	(44.499.471,60)	(23.961.163,80)	(43.744.510,05)
Outros dispêndios administrativos	27	(16.321.221,10)	(33.852.388,26)	(16.065.003,60)	(30.970.995,13)
Despesas Tributárias		(1.210.723,17)	(2.002.804,06)	(964.573,36)	(1.622.351,91)
Outras receitas operacionais	28	6.547.229,12	12.331.363,09	5.032.432,67	10.123.454,38
Outras despesas operacionais	29	(3.317.323,76)	(5.599.165,35)	(2.979.106,26)	(6.665.823,58)
Despesas de Provisão para Garantias Prestadas		(954.664,55)	(2.159.083,82)	(1.286.061,08)	(2.895.233,17)
Resultado Operacional		32.485.699,35	49.465.231,67	21.206.834,99	40.406.154,43
Resultado não operacional	30	(835.361,94)	(820.000,62)	(928.686,41)	(740.489,83)
Lucros em Transações com Valores e Bens		333.096,54	463.554,22	110.046,36	286.680,38
Prejuízos em Transações com Valores e Bens		(175.835,75)	(827.177,73)	(559.368,68)	(668.866,43)
Outras Receitas		63.179,50	165.578,61	139.422,02	242.838,76
Outras Despesas		(24.279,45)	(39.667,91)	(10.089,71)	(17.298,75)
Outras Despesas/Receitas de Provisões		(1.031.522,78)	(582.287,81)	(608.696,40)	(583.843,79)
Resultado Antes da Tributação e Participações		31.650.337,41	48.645.231,05	20.278.148,58	39.665.664,60
Imposto de Rendas		(463.536,33)	(980.371,59)	(420.255,71)	(1.019.596,72)
Contribuição Social		(292.337,90)	(617.441,55)	(265.363,82)	(641.330,50)
Participações nos Resultados de Empregados		(3.827.232,15)	(4.781.660,71)	-	-
Sobras/Perdas Antes das Destinações		27.067.231,03	42.265.757,20	19.592.529,05	38.004.737,38
Destinações Legais e Estatutárias	20.3.1	-	(22.261.665,20)	-	(21.554.184,71)
FATES		-	2.115.488,28	-	829.092,53
Reserva Legal		-	(4.189.154,65)	-	(4.134.232,56)
Outras Destinações Estatutárias		-	(20.187.998,83)	-	(18.249.044,68)
Resultado Antes dos Juros ao Capital		27.067.231,03	20.004.092,00	19.592.529,05	16.450.552,67
Provisão de Juros ao Capital	21	(2.146.719,11)	(2.146.719,11)	-	-
Sobras/Perdas Líquidas		24.920.511,92	17.857.372,89	19.592.529,05	16.450.552,67

Edemar Fronchetti
Presidente

Pedro Vlademir Schutz
Diretor Financeiro

Camila Erika Nicolau
Contadora
CRC-MG-071309/O-3-T-SC

Demonstração do Fluxo de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro

Descrição	Em Reais			
	2º Sem 2020	31/12/2020	2º Sem 2019	31/12/2019
Sobras/Perdas Antes das Destinações	27.067.231,03	42.265.757,20	19.592.529,05	38.004.737,38
Distribuição de Sobras e Dividendos	(1.123.050,25)	(1.706.682,23)	(616.010,98)	(1.300.901,11)
Provisão/Reversão para Operações de Créditos	5.862.467,56	14.360.015,50	5.920.634,81	11.717.229,60
Provisão de Juros ao Capital	(2.146.719,11)	(2.146.719,11)	-	-
Provisão/Reversão para Garantias Prestadas	954.664,55	2.159.083,82	1.286.061,08	2.895.233,17
Provisão/Reversão para desvalorização de outros valores e bens	1.128.089,56	1.140.178,03	612.780,31	612.780,31
Atualização de Depósitos em Garantia	(17.015,49)	(45.798,76)	(45.556,84)	(165.072,46)
Depreciações e Amortizações	1.160.268,06	2.299.185,27	1.045.904,86	2.024.402,48
Sobras/Perdas Ajustadas antes das destinações	32.885.935,91	58.325.019,72	27.796.342,29	53.788.409,37
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	1.029.679,29	(13.052.629,36)	(33.050.252,42)	(34.309.692,57)
Títulos e Valores Mobiliários	(177.900,13)	(193.087,52)	(922.565,85)	7.817.371,62
Operações de Crédito	(298.433.629,87)	(394.442.004,76)	(70.825.267,96)	(170.513.663,85)
Outros Créditos	2.068.719,21	(1.173.947,48)	558.664,09	(645.562,07)
Outros Valores e Bens	(55.734,87)	3.279.563,89	4.719.163,36	(1.629.084,51)
Depósitos à Vista	115.669.156,71	193.393.206,86	28.302.608,88	26.858.762,21
Depósitos sob Aviso	(349.932,56)	(627.243,52)	(991.475,49)	(1.572.371,43)
Depósitos à Prazo	113.632.144,68	202.531.962,26	31.529.117,08	52.355.579,09
Obrigações por Emissão de Letras de Crédito do Agronegócio	15.254.301,82	41.297.128,06	28.844.028,88	45.710.560,78
Obrigações por Emissão de Letras de Crédito Imobiliário	9.221.199,20	9.221.199,20	-	-
Resultado de Exercícios Futuros	9.934,16	8.979,25	4.406,79	(208,03)
Relações Interdependências	(521,93)	190,90	1.017,73	1.047,19
Relações Interfinanceiras	50.394.554,59	37.819.361,05	28.239.497,91	22.041.310,45
Obrigações por Empréstimos e Repasses	5.731.458,37	17.575.046,10	(404.212,48)	(3.529.238,77)
Outras Obrigações	5.534.981,50	4.325.930,21	346.845,87	(14.164.134,55)
FATES - Resultado de Atos Não Cooperativos	4.353.451,32	4.353.451,32	5.475.602,08	5.475.602,08
FATES Sobras Exercício	(2.237.963,04)	(2.237.963,04)	(4.646.509,55)	(4.646.509,55)
Imposto de Renda	(463.536,33)	(980.371,59)	(420.255,71)	(1.019.596,72)
Contribuição Social	(292.337,90)	(617.441,55)	(265.363,82)	(641.330,50)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Atividades Operacionais	53.773.960,13	158.806.350,00	44.291.391,68	(18.622.749,76)
Recebimento Dividendos	-	72.666,36	-	130.085,65
Distribuição Sobras da Central	1.123.050,25	1.706.682,23	616.010,98	1.300.901,11
Aquisição de Intangível	(60.107,92)	(162.032,56)	(627,08)	(55.944,29)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(1.581.241,30)	(2.525.605,43)	(3.743.085,62)	(5.770.169,49)
Aquisição de investimentos	(3.415.149,40)	(3.487.813,84)	-	(130.082,35)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos	(3.933.448,37)	(4.396.103,24)	(3.127.701,72)	(4.525.209,37)
Aumento por Novos Aportes de Capital	3.589.354,80	7.059.965,44	3.382.796,72	6.568.515,43
Devolução de Capital à Cooperados	(3.046.543,56)	(6.142.784,47)	(2.054.042,98)	(5.325.015,99)
Destinação de Sobras Exercício Anterior Cotas de Capital à Pagar	-	(68.349,14)	-	(42.657,96)
Destinação de Sobras Exercício Anterior em C/C Associados	-	(9.734.195,17)	-	(5.000.559,17)
Juros ao Capital Líquido de IRRF	2.084.428,94	2.084.428,94	-	-
Recuperação de Sobras/Perdas de Exercícios Anteriores	46.134,67	123.601,72	63.877,58	-
Aumento no Capital por Incorporações	-	-	-	276.479,87
Aumento nas Reservas por Incorporações	-	-	-	293,99
Sobras/Perdas por incorporações	-	-	-	270.088,07
Aumento Aportes em Reserva Estatutária	23.208,62	(2.266.041,66)	96.223,84	(2.063.478,87)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Financiamentos	2.696.583,47	(8.943.374,34)	1.488.855,16	(5.316.334,63)
Aumento / Redução Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	52.537.095,23	145.466.872,42	42.652.545,12	(28.464.293,76)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	612.319.086,84	519.389.309,65	476.736.764,53	547.853.603,41
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	664.856.182,07	664.856.182,07	519.389.309,65	519.389.309,65
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	52.537.095,23	145.466.872,42	42.652.545,12	(28.464.293,76)

Edemar Fronchetti
Presidente

Pedro Vlademir Schutz
Diretor Financeiro

Camila Erika Nicolau
Contadora
CRC-MG-071309/O-3-T-SC

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em Reais

Eventos	Capital Subscrito	Capital a Realizar	Reserva Legal	Reservas de Sobras Estatutárias	Reservas de Sobras Outras	Sobras ou Perdas Acumuladas	Totais
Saldo em 31/12/2018	76.352.060,97	(595.709,10)	41.265.805,07	52.487.960,96	9.052.740,68	2.291.010,25	180.853.868,83
Destinações de Sobras Exercício Anterior:	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de Reservas	-	-	-	5.067.082,05	-	(5.067.082,05)	-
Em Conta Corrente do Associado	-	-	-	-	-	(5.000.559,17)	(5.000.559,17)
Ao Capital	25.023,77	-	-	-	-	(25.023,77)	-
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados	-	-	-	-	-	(42.657,96)	(42.657,96)
Constituição de reservas por Incorporações	-	-	-	293,99	-	-	293,99
Movimentação de Capital:	-	-	-	-	-	-	-
Por Subscrição/Realização	6.778.186,81	(209.671,38)	-	-	-	-	6.568.515,43
Por Devolução (-)	(5.325.015,99)	-	-	-	-	-	(5.325.015,99)
Reversões de Reservas	-	-	(424.279,44)	(4.093.722,41)	(2.063.478,87)	4.518.001,85	(5.067.478,87)
Sobras ou Perdas Brutas	-	-	-	-	-	38.004.737,38	38.004.737,38
Movimentações por Incorporações	276.479,87	-	-	-	-	270.088,07	546.567,94
FATES - Atos Não Cooperativos	-	-	-	-	-	5.475.602,08	5.475.602,08
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:	-	-	-	-	-	-	-
Fundo de Reserva	-	-	4.134.232,56	-	-	(4.134.232,56)	-
Outros Fundos Estatutários	-	-	-	18.604.046,53	-	(18.604.046,53)	-
F A T E S	-	-	-	-	-	(4.646.509,55)	(4.646.509,55)
Saldo em 31/12/2019	78.106.735,43	(805.380,48)	44.975.758,19	72.065.661,12	6.989.261,81	13.039.328,04	214.371.364,11
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-	-
Recuperação de Perdas de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	123.601,72	123.601,72
Destinações de Sobras Exercício Anterior:	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de Reservas	-	-	-	6.580.221,07	-	(6.580.221,07)	-
Em Conta Corrente do Associado	-	-	-	-	-	(9.734.195,17)	(9.734.195,17)
Ao Capital	67.787,29	-	-	-	-	(67.787,29)	-
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados	-	-	-	-	-	(68.349,14)	(68.349,14)
Movimentação de Capital:	-	-	-	-	-	-	-
Por Subscrição/Realização	9.972.519,44	(2.912.554,00)	-	-	-	-	7.059.965,44
Por Devolução (-)	(6.142.784,47)	-	-	-	-	-	(6.142.784,47)
Reversões de Reservas	-	-	(286.771,44)	46.413,06	(2.266.123,27)	240.439,99	(2.266.041,66)
Sobras ou Perdas Brutas	-	-	-	-	-	42.265.757,20	42.265.757,20
Remuneração de Juros ao Capital:	-	-	-	-	-	-	-
Provisão de Juros ao Capital	-	-	-	-	-	(2.146.719,11)	(2.146.719,11)
Juros ao Capital	2.085.099,35	-	-	-	-	-	2.085.099,35
IRRF sobre Juros ao Capital	(670,41)	-	-	-	-	-	(670,41)
FATES - Atos Não Cooperativos	-	-	-	-	-	4.353.451,32	4.353.451,32
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:	-	-	-	-	-	-	-
Fundo de Reserva	-	-	4.475.926,09	-	-	(4.475.926,09)	-
Outros Fundos Estatutários	-	-	-	20.141.667,38	-	(20.141.667,38)	-
F A T E S	-	-	-	-	-	(2.237.963,04)	(2.237.963,04)
Saldo em 31/12/2020	84.088.686,63	(3.717.934,48)	49.164.912,84	98.833.962,63	4.723.138,54	14.569.749,98	247.662.516,14
Saldo em 30/06/2019	76.649.166,48	(676.565,27)	41.265.805,07	53.392.115,16	6.893.259,81	14.937.106,12	192.460.887,37
Recuperação de Perdas de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	63.877,58	63.877,58
Movimentação de Capital:	-	-	-	-	-	-	-
Por Subscrição/Realização	3.511.611,93	(128.815,21)	-	-	-	-	3.382.796,72
Por Devolução (-)	(2.054.042,98)	-	-	-	-	-	(2.054.042,98)
Reversões de Reservas	-	-	(424.279,44)	69.499,43	96.002,00	355.001,85	96.223,84
Sobras ou Perdas Brutas	-	-	-	-	-	19.592.529,05	19.592.529,05
Movimentações por Incorporações	-	-	-	-	-	-	-
FATES - Atos Não Cooperativos	-	-	-	-	-	5.475.602,08	5.475.602,08
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:	-	-	-	-	-	-	-
Fundo de Reserva	-	-	4.134.232,56	-	-	(4.134.232,56)	-
Outros Fundos Estatutários	-	-	-	18.604.046,53	-	(18.604.046,53)	-
F A T E S	-	-	-	-	-	(4.646.509,55)	(4.646.509,55)
Saldo em 31/12/2019	78.106.735,43	(805.380,48)	44.975.758,19	72.065.661,12	6.989.261,81	13.039.328,04	214.371.364,11
Saldo em 30/06/2020	78.874.563,47	(1.131.051,50)	44.975.758,19	78.645.882,19	4.700.011,53	11.864.768,59	217.929.932,47
Recuperação de Perdas de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	46.134,67	46.134,67
Movimentação de Capital:	-	-	-	-	-	-	-
Por Subscrição/Realização	6.176.237,78	(2.586.882,98)	-	-	-	-	3.589.354,80
Por Devolução (-)	(3.046.543,56)	-	-	-	-	-	(3.046.543,56)
Reversões de Reservas	-	-	(286.771,44)	46.413,06	23.127,01	240.439,99	23.208,62
Sobras ou Perdas Brutas	-	-	-	-	-	27.067.231,03	27.067.231,03
Remuneração de Juros ao Capital:	-	-	-	-	-	-	-
Provisão de Juros ao Capital	-	-	-	-	-	(2.146.719,11)	(2.146.719,11)
Juros ao Capital	2.085.099,35	-	-	-	-	-	2.085.099,35
IRRF sobre Juros ao Capital	(670,41)	-	-	-	-	-	(670,41)
Movimentações por Incorporações	-	-	-	-	-	-	-
FATES - Atos Não Cooperativos	-	-	-	-	-	4.353.451,32	4.353.451,32
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:	-	-	-	-	-	-	-
Fundo de Reserva	-	-	4.475.926,09	-	-	(4.475.926,09)	-
Outros Fundos Estatutários	-	-	-	20.141.667,38	-	(20.141.667,38)	-
F A T E S	-	-	-	-	-	(2.237.963,04)	(2.237.963,04)
Saldo em 31/12/2020	84.088.686,63	(3.717.934,48)	49.164.912,84	98.833.962,63	4.723.138,54	14.569.749,98	247.662.516,14

Edemar Fronchetti
Presidente

Pedro Vlademir Schutz
Diretor Financeiro

Camila Erika Nicolau
Contadora
CRC-MG-071309/O-3-T-SC

Demonstração de Resultado Abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro

	Em Reais			
DRA	2º Sem 2020	31/12/2020	2º Sem 2019	31/12/2019
Sobras/Perdas Líquidas	24.920.511,92	40.119.038,09	19.592.529,05	38.004.737,38
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total do resultado abrangente	24.920.511,92	40.119.038,09	19.592.529,05	38.004.737,38

Edemar Fronchetti
Presidente

Pedro Vlademir Schutz
Diretor Financeiro

Camila Erika Nicolau
Contadora
CRC-MG-071309/O-3-T-SC

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

1. Contexto Operacional

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS SÃO MIGUEL DO OESTE - SICOOB SÃO MIGUEL SC**, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em **25/07/1989**, filiada à **CCC DE SANTA CATARINA E RIO GRANDE DO SUL – SICOOB CENTRAL SC/RS** e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O **SICOOB SÃO MIGUEL SC**, sediada na cidade de **SÃO MIGUEL DO OESTE - SC**, possui **44** Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: **SÃO MIGUEL DO OESTE - SC, ANCHIETA - SC, ROMELÂNDIA - SC, PALMA SOLA - SC, PARAÍSO - SC, GUARACIABA - SC, SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC, GUARUJÁ DO SUL - SC, DIONÍSIO CERQUEIRA - SC, BANDEIRANTE - SC, BARRA BONITA - SC, PRINCESA - SC, FLOR DA SERRA DO SUL - PR, SALGADO FILHO - PR, BOM JESUS DO SUL - PR, JOINVILLE - SC, INDAIAL - SC, ASCURRA - SC, APIÚNA - SC, MANFRINÓPOLIS - PR, LAJEADO - RS, CARLOS BARBOSA - RS, VERANÓPOLIS - RS, NOVA PRATA - RS, TEUTÔNIA - RS, ENCANTADO - RS, SOLEDADE - RS, GUAPORÉ - RS, ESPUMOSO - RS.**

O **SICOOB SÃO MIGUEL SC** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em **19/01/2021**.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgação

a) Mudanças em vigor

O Banco Central emitiu a resolução 4.720 de 30 de maio de 2019, Resolução CMN 4.818, de 29 de maio de 2020, Circular 3.959 de 4 de setembro de 2019 e Resolução nº2, de 12 de agosto de 2020, as quais apresentam as premissas para elaboração das demonstrações financeiras obrigatórias e os procedimentos mínimos que devem ser levados na elaboração das demonstrações financeiras em 2020.

As principais alterações em decorrência destes normativos: i) no Balanço Patrimonial estão na disposição das contas que foram baseadas na liquidez e na exigibilidade; ii) na Demonstração de Sobras ou Perdas a alteração consiste na apresentação de todos os grupos contábeis relevantes para compreensão do seu desempenho no período; iii) divulgação da Demonstração do Resultado Abrangente – DRA; e iv) os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior.

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

Apresentamos abaixo um resumo sobre as novas normas que foram recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

Resolução CMN 4.817, de 29 de maio de 2020. A norma estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior, inclusive operações de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior, estabelece critérios de variação cambial; avaliação pelo método da equivalência patrimonial; investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão.

A Resolução CMN 4.817/20 entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

O Cooperativa iniciou a avaliação dos impactos da adoção dos novos normativos. Eventuais impactos decorrentes da conclusão da avaliação serão considerados até a data de vigência de cada normativo.

2.2 Continuidade dos Negócios e efeitos da pandemia de COVID-19 “Novo Coronavírus”

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro.

Mesmo com ineditismo da situação, tendo em vista a experiência da Cooperativa no gerenciamento e monitoramento de riscos, capital e liquidez, com auxílio das estruturas centralizadas do Sicoob, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível. A COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS SÃO MIGUEL DO OESTE-SICOOB SÃO MIGUEL SC junto a seus associados, colaboradores e a comunidade estamos fazendo nossa parte para evitar a propagação do Novo Coronavírus, seguindo as recomendações e orientações do Ministério da Saúde, e adotando alternativas que auxiliam no cumprimento da nossa missão.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias a contar da data de aquisição.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

e) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

f) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

g) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

h) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

i) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do **SICOOB CENTRAL SC/RS** e ações do BANCOOB, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

j) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

k) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

l) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*“pro rata temporis”*), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

m) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

n) Demais ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

o) Demais passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

p) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

q) Provisões para demandas judiciais e Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

r) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

s) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

t) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

u) Valor recuperável de ativos – *impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “*impairment*”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **31 de dezembro de 2020** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

v) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **31 de dezembro de 2020**.

4. Caixa e equivalente de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Caixa	20.821.270,12	24.255.077,61
Depósitos bancários	-	1.815.881,32
Aplicações interfinanceiras de liquidez	9.122.851,96	1.476.698,63
Títulos e Valores Mobiliários	-	835.657,55
Relações interfinanceiras – Centralização Financeira (a)	634.912.059,99	491.005.994,54
Total	664.856.182,07	519.389.309,65

(a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB CENTRAL SC/RS conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/2015. Cujos rendimentos auferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2020 foram de R\$29.693.479,01 e R\$16.555.668,50, respectivamente.

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez

Em **31 de dezembro de 2020 e 2019**, as aplicações interfinanceiras de liquidez estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	47.362.321,93	34.309.692,57
Total	47.362.321,93	34.309.692,57

Referem-se a aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários – CDI no BANCOOB com remuneração entre 101% e 102% do CDI.

Abaixo a composição por tipo de aplicação e situação de prazo:

Tipo	Até 90	De 90 a 360	Acima de 360	Total
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	9.122.851,96	47.362.321,93	-	56.485.173,89
Total	9.122.851,96	47.362.321,93	-	56.485.173,89

6. Títulos e valores mobiliários

Em **31 de dezembro de 2020 e 2019**, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Títulos de Renda Fixa	-	457.022,65	104.925,10	343.188,01
Vinculados a Prestação de Garantias	484.026,45	302.500,64	131.486,84	470.862,27
TOTAL	484.026,45	759.523,29	236.411,94	814.050,28

Os Títulos de Renda Fixa referem-se, substancialmente, a aplicações em Recibos de Depósitos Cooperativo – RDC, no **SICOOB CENTRAL SC/RS**, com remuneração de, aproximadamente, entre 98% a 101% do CDI.

Abaixo a composição por tipo de aplicação e situação de prazo:

Tipo	Até 90	De 90 a 360	Acima de 360	Total
Títulos de Renda Fixa	-	-	457.022,65	457.022,65
Vinculados a Prestação de Garantias	-	484.026,45	302.500,64	786.527,09
TOTAL	-	484.026,45	759.523,29	1.243.549,74

7. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	31/12/2020			31/12/2019
	Circulante	Não Circulante	Total	
Adiantamento a Depositante	123.960,75	-	123.960,75	115.414,61
Cheque Especial / Conta Garantida	8.684.752,41	-	8.684.752,41	13.121.260,13
Empréstimos	230.398.401,97	372.849.088,13	603.247.490,10	439.684.666,52
Títulos Descontados	26.986.658,55	-	26.986.658,55	41.191.714,94
Financiamentos	44.901.204,25	182.378.696,45	227.279.900,70	107.486.239,89
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	162.643.302,25	94.089.269,89	256.732.572,14	147.955.129,76
Total de Operações de Crédito	473.738.280,18	649.317.054,47	1.123.055.334,65	749.554.425,85
(-) Provisões para Operações de Crédito	(14.282.453,43)	(27.267.908,43)	(41.550.361,86)	(48.131.442,32)
TOTAL	459.455.826,75	622.049.146,04	1.081.504.972,79	701.422.983,53

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimo / TD	A.D / Cheque Especial / Conta Garantida	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019
AA - Normal	82.808.770,82	531,99	36.794.265,47	29.394.524,00	148.998.092,28	-	30.646.744,40	-
A 0,50% Normal	256.131.226,95	2.895.436,38	82.221.453,38	165.220.497,97	506.468.614,68	(2.532.343,07)	291.702.302,03	(1.458.512,00)
B 1% Normal	138.725.227,41	1.683.127,09	65.915.607,56	46.117.282,89	252.441.244,95	(2.524.412,45)	212.257.990,19	(2.122.579,90)
B 1% Vencidas	618.737,19	62.855,05	479.562,76	-	1.161.155,00	(11.611,55)	2.430.231,66	(24.302,32)
C 3% Normal	87.875.390,84	2.678.910,37	38.301.981,12	15.476.144,91	144.332.427,24	(4.329.972,82)	125.972.098,86	(3.779.162,97)
C 3% Vencidas	2.213.391,04	147.122,92	577.842,54	-	2.938.356,50	(88.151,00)	4.396.185,39	(131.885,56)
D 10% Normal	14.969.998,53	439.612,25	1.131.309,04	415.413,94	16.956.333,76	(1.695.633,38)	23.554.834,06	(2.355.483,41)
D 10% Vencidas	1.489.711,93	28.459,07	78.708,17	-	1.596.879,17	(159.687,92)	4.415.799,44	(441.579,94)
E 30% Normal	8.697.506,19	122.057,56	425.137,06	14.153,35	9.258.854,16	(2.777.656,25)	7.184.948,39	(2.155.484,52)
E 30% Vencidas	6.466.983,37	209.316,27	211.657,20	-	6.887.956,84	(2.066.387,05)	5.509.330,63	(1.652.799,19)
F 50% Normal	7.415.773,49	81.670,13	278.968,14	52.682,08	7.829.093,84	(3.914.546,92)	9.537.199,66	(4.768.599,83)
F 50% Vencidas	3.905.888,85	38.251,74	104.253,73	41.873,00	4.090.267,32	(2.045.133,66)	3.891.007,12	(1.945.503,56)
G 70% Normal	667.030,76	10.794,37	7.814,98	-	685.640,11	(479.948,08)	758.661,82	(531.063,27)
G 70% Vencidas	1.480.228,58	73.593,51	64.659,29	-	1.618.481,38	(1.132.940,29)	1.775.375,90	(1.242.769,55)
H 100% Normal	9.722.444,06	87.572,94	34.002,03	-	9.844.019,03	(9.844.019,03)	16.588.747,47	(16.588.747,47)
H 100% Vencidas	7.045.838,64	249.401,52	652.678,23	-	7.947.918,39	(7.947.918,39)	8.932.968,83	(8.932.968,83)
Total Normal	607.013.369,05	7.999.713,08	225.110.538,78	256.690.699,14	1.096.814.320,05	(28.098.532,00)	718.203.526,88	(33.759.633,37)
Total Vencidos	23.220.779,60	809.000,08	2.169.361,92	41.873,00	26.241.014,60	(13.451.829,86)	31.350.898,97	(14.371.808,95)
Total Geral	630.234.148,65	8.808.713,16	227.279.900,70	256.732.572,14	1.123.055.334,65	(41.550.361,86)	749.554.425,85	(48.131.442,32)
Provisões	(35.504.275,85)	(718.944,10)	(3.482.517,24)	(1.844.624,67)	(41.550.361,86)		(48.131.442,32)	
Total Líquido	594.729.872,80	8.089.769,06	223.797.383,46	254.887.947,47	1.081.504.972,79		701.422.983,53	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Adiantamento a Depositante	123.960,75	-	-	123.960,75
Cheque Especial / Conta Garantida	8.684.752,41	-	-	8.684.752,41
Empréstimos	54.616.140,29	175.782.261,68	372.849.088,13	603.247.490,10
Títulos Descontados	24.395.875,80	2.590.782,75	-	26.986.658,55
Financiamentos	10.949.737,31	33.951.466,94	182.378.696,45	227.279.900,70
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	24.472.169,55	138.171.132,70	94.089.269,89	256.732.572,14
TOTAL	123.242.636,11	350.495.644,07	649.317.054,47	1.123.055.334,65

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	Financiamento	Financiamento Rurais	31/12/2020	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	22.697.001,73	8.549.436,67	588.952,38	31.835.390,78	2,83%
Setor Privado - Indústria	15.930.261,49	2.668.491,40	-	18.598.752,89	1,66%
Setor Privado - Serviços	371.293.570,50	102.601.189,02	7.503.262,07	481.398.021,59	42,87%
Pessoa Física	220.427.840,43	113.167.252,11	246.687.972,02	580.283.064,56	51,67%
Outros	8.694.187,66	293.531,50	1.952.385,67	10.940.104,83	0,97%
TOTAL	639.042.861,81	227.279.900,70	256.732.572,14	1.123.055.334,65	100%

e) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2020	% Carteira Total	31/12/2019	% Carteira Total
Maior Devedor	24.349.704,26	2,15%	15.767.486,68	2,10%
10 Maiores Devedores	103.315.062,45	9,12%	61.994.042,21	8,26%
50 Maiores Devedores	221.798.798,08	19,57%	132.132.467,48	17,60%

f) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	101.893.420,71	65.323.077,73
Valor das operações transferidas no período	20.981.677,59	40.165.647,64
Valor das operações renegociadas no período	(547.959,82)	(383.696,82)
Valor das operações recuperadas no período	(7.461.318,26)	(3.211.607,84)
TOTAL	114.865.820,22	101.893.420,71

8. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Avais e Fianças Honrados (a)	1.412.475,97	-	1.484.394,04	-
Rendas a Receber	2.818.256,28	-	2.615.056,16	-
Serviços prestados a receber	428.766,63	-	60.224,06	-
Outras rendas a receber	166.033,72	-	98.988,29	-
Rendimentos Centralização Financeira (b)	2.223.455,93	-	2.455.843,81	-
Diversos	17.210.779,87	3.059.651,38	16.296.132,21	3.014.646,78
Adiantamentos e antecipações salariais	207.475,39	-	226.301,41	-
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	129.215,20	-	-	-
Adiantamento por conta de Imobilizações	10.820,71	-	569.420,64	-
Devedores por compra de valores e bens (c)	14.813.757,44	-	13.871.510,01	-
Devedores por depósitos em garantia (d)	-	3.059.651,38	-	3.014.646,78
Impostos e contribuições a compensar	547.174,71	-	57.749,52	-
Títulos e créditos a receber	1.238.169,96	-	1.224.181,28	-
Pagamentos a ressarcir	8.914,42	-	7.557,36	-
Devedores diversos - país	255.252,04	-	339.411,99	-
(-) Provisões para outros créditos	(2.836.876,32)	-	(2.893.021,89)	-
(-) Com características de concessão de crédito (e)	(1.583.180,85)	-	(1.638.033,08)	-
(-) Sem características de concessão de crédito	(1.253.695,47)	-	(1.254.988,81)	-
TOTAL	18.604.635,80	3.059.651,38	17.502.560,52	3.014.646,78

(a) O saldo de Avais e Fianças Honrados refere-se por operações oriundas de cartões de crédito vencidos de associados da cooperativa cedidos pelo BANCOOB, em virtude de coobrigação contratual.

(b) Refere-se à remuneração mensal da centralização financeira a receber do SICOOB CENTRAL SC/RS referente ao mês de dezembro 2020.

(c) Devedores por compra de valores e bens, estão registrados valores referentes a bens vendidos recebidos como objeto de dação em pagamento e/ou expropriação de bens alocados em garantia nas operações de crédito.

(d) Em Devedores por Depósitos em Garantia estão registrados depósitos judiciais para: COFINS sobre Atos Cooperativos e Interposição De Recursos Trabalhistas.

(e) A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Outros Créditos	Total em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019
AA	-	Normal	5.532.640,41	5.532.640,41	-	5.467.456,23	-
A	0,50%	Normal	2.948.449,48	2.948.449,48	(14.742,25)	4.284.859,76	(21.424,30)
B	1%	Normal	3.976.446,68	3.976.446,68	(39.764,47)	1.551.535,37	(15.515,35)
B	1%	Vencidas	16.000,00	16.000,00	(160,00)	137.752,38	(1.377,52)
C	3%	Normal	1.230.976,82	1.230.976,82	(36.929,30)	1.279.228,83	(38.376,86)
C	3%	Vencidas	162.746,33	162.746,33	(4.882,39)	30.140,00	(904,20)
D	10%	Normal	286.103,84	286.103,84	(28.610,38)	194.000,00	(19.400,00)
D	10%	Vencidas	158.760,78	158.760,78	(15.876,08)	183.525,00	(18.352,50)
E	30%	Normal	275.682,97	275.682,97	(82.704,89)	686.123,90	(205.837,17)
E	30%	Vencidas	314.781,11	314.781,11	(94.434,33)	206.313,68	(61.894,10)
F	50%	Normal	44.751,35	44.751,35	(22.375,68)	10.240,49	(5.120,25)
F	50%	Vencidas	33.970,73	33.970,73	(16.985,37)	106.097,12	(53.048,56)
G	70%	Normal	5.497,33	5.497,33	(3.848,13)	12.590,49	(8.813,34)
G	70%	Vencidas	58.527,01	58.527,01	(40.969,02)	60.240,30	(42.168,42)
H	100%	Normal	17.185,55	17.185,55	(17.185,55)	44.992,31	(44.992,31)
H	100%	Vencidas	1.163.713,02	1.163.713,02	(1.163.713,02)	1.100.808,19	(1.100.808,19)
Total Normal			14.317.734,43	14.317.734,43	(246.160,65)	13.531.027,38	(359.479,59)
Total Vencidos			1.908.498,98	1.908.498,98	(1.337.020,20)	1.824.876,67	(1.278.553,50)
Total Geral			16.226.233,41	16.226.233,41	(1.583.180,85)	15.355.904,05	(1.638.033,08)
Provisões			(1.583.180,85)	(1.583.180,85)		(1.638.033,08)	
Total Líquido			14.643.052,56	14.643.052,56		13.717.870,97	

9. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Bens Não de Uso Próprio (a)	29.401.745,44	33.604.130,93
(-) Bens Em Regime Especial	-	(7.804.187,40)
Material em Estoque	204.107,01	165.475,37
(-) Provisões para Desvalorizações (b)	(8.168.278,73)	(2.980,49)
Despesas Antecipadas (c)	190.068,95	84.946,18
TOTAL	21.627.642,67	26.047.384,59

(a) Em Bens Não de Uso Próprio está registrado o valor referente aos bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos a depreciação ou correção.

(b) As provisões são constituídas com base em laudos atualizados de avaliação dos bens, e a variação durante o exercício de 2020 refere-se à reclassificação de saldos contábeis de bens em regime especial por meio da carta Circular nº 3.941/2019.

(c) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, assinatura de periódicos, processamento de dados e software.

10. Investimentos

O saldo é, substancialmente, representado por quotas do **SICOOB CENTRAL SC/RS** e ações do **BANCOOB**, os investimentos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Participação em Cooperativa Central De Crédito	30.510.190,52	27.095.041,12
Partic. Em Inst. Financ. Controlada Por Coop. Crédito	1.042.518,47	969.854,03
Outros Investimentos	5.225,00	5.225,00
TOTAL	31.557.933,99	28.070.120,15

11. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2020	31/12/2019
Imobilizações Em Curso (a)		21.947,59	-
Instalações	10%	1.061.809,28	835.927,21
(-) Depreciação Acumulada de Instalações		(313.998,95)	(204.655,84)
Móveis e Equipamentos	10%	16.874.603,80	16.194.946,17
(-) Depreciação Acumulada de Móveis e Equipamentos		(10.096.509,28)	(8.853.617,91)
Veículos	20%	376.381,21	387.819,30
(-) Depreciação Acumulada de Veículos		(241.053,55)	(170.349,50)
Benfeitorias Em Imóveis De Terceiros		1.855,00	1.855,00
(-) Depreciação Acumulada de Benfeitorias		(852,42)	(481,38)
Terrenos		4.921.973,37	4.417.377,70
Edificações		15.260.997,58	14.385.918,52
(-) Depreciação Acumulada de Edificações	4%	(2.486.125,27)	(1.910.312,05)
TOTAL		25.381.028,36	25.084.427,22

(a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passaram a ser depreciadas.

12. Intangível

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Sistemas De Processamento De Dados	729.243,74	536.224,94
(-) Amort. Acum. De Ativos Intangíveis	(549.758,17)	(448.590,95)
TOTAL	179.485,57	87.633,99

13. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos preestabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós-fixadas são calculadas com base no critério de "Pro rata temporis"; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data do demonstrativo contábil, pelas despesas a apropriar, registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Depósito à Vista	329.178.272,09	135.785.065,23

Depósito Sob Aviso	4.244.208,03	4.871.451,55
Depósito a Prazo	945.911.583,99	743.379.621,73
TOTAL	1.279.334.064,11	884.036.138,51

Os depósitos, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil reais), por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), o qual é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, regida por Estatuto e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, conforme Resolução CMN nº 4.284/2013. As instituições associadas são todas as Cooperativas Singulares de Crédito e os Bancos Cooperativos.

a) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2020	% Carteira Total	31/12/2019	% Carteira Total
Maior Depositante	21.922.425,22	1,56%	23.023.334,62	2,42%
10 Maiores Depositantes	108.645.497,95	7,71%	96.842.656,15	10,20%
50 Maiores Depositantes	227.401.519,23	16,14%	169.733.800,43	17,88%

O total da Carteira está representado pelos Depósitos e Letras de Crédito do Agronegócio – LCA e Letras de Crédito Imobiliário.

b) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2º sem/20	2020	2º sem/19	2019
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	(43.478,68)	(127.056,83)	(142.079,67)	(323.479,88)
Despesas de Depósitos a Prazo	(8.494.193,91)	(21.181.580,97)	(19.245.946,82)	(39.842.217,83)
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio	(996.489,93)	(2.388.076,70)	(1.511.659,59)	(2.576.262,31)
Despesas De Letras De Crédito do Imobiliário	(22.718,20)	(22.718,20)	-	-
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(953.134,74)	(1.712.134,79)	(681.753,52)	(1.322.428,43)
TOTAL	(10.510.015,46)	(25.431.567,49)	(21.581.439,60)	(44.064.388,45)

14. Recursos de aceite e emissão de títulos

Referem-se a Letras de Crédito do Agronegócio – LCA que conferem direito de penhor sobre os direitos creditórios do agronegócio a elas vinculados (Lei nº 11.076/2004) e a Letras de Crédito Imobiliário – LCI, lastreada por créditos imobiliários garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de coisa imóvel conforme Lei nº 10.931/2004).

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Letras de Crédito do Agronegócio	68.663.390,31	51.479.497,68	52.361.733,14	26.484.026,79
Letras De Crédito Imobiliário	9.221.199,20	-	-	-
TOTAL	77.884.589,51	51.479.497,68	52.361.733,14	26.484.026,79

15. Relações Interfinanceiras

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Recursos do BANCOOB	110.133.011,59	65.688.514,17	121.729.235,73	14.983.675,74
Cooperativa Central	-	-	1.432.617,78	-
Relações com Correspondentes	266.521,66	-	123.157,12	-
TOTAL	110.399.533,25	65.688.514,17	123.285.010,63	14.983.675,74

16. Relações Interdependências

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, por sua ordem.

	31/12/2020	31/12/2019
Recebimentos em Trânsito de Terceiros	3.061,82	2.870,92
TOTAL	3.061,82	2.870,92

Trata-se de recursos referentes a convênios com concessionários de serviços públicos, conforme contrato de prestação de serviços.

17. Obrigações por Empréstimos

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Cooperativa Central	9.586.950,91	120.000,00	3.352.873,12	1.684.039,62
Recursos do BANCOOB	15.011.369,23	-	1.067.223,13	-
Banco do Brasil	-	49.433,46	353,31	49.044,68
BNDES	27.832,97	-	61.249,40	-
Outras Instituições	-	-	70.142,13	935.615,08
TOTAL	24.626.153,11	169.433,46	4.551.841,09	2.668.699,38

18. Outras Obrigações

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	81.574,52	-	200.532,74	-
Sociais e Estatutárias	8.196.497,59	-	8.513.237,47	-
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas	1.786.078,62	-	1.548.982,69	-
Negociação e Intermediação de Valores	-	-	-	-
Diversas	22.335.482,45	-	16.248.788,25	3.742.817,02
Provisões Trabalhistas, Fiscais e Cíveis	-	3.075.160,54	165.072,46	2.809.153,63
TOTAL	32.399.633,18	3.075.160,54	26.676.613,61	6.551.970,65

18.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Resultado de Atos com Associados (a)	2.237.963,04	2.067.116,28
Resultado de Atos com não associados	805.279,03	3.091.614,07
Cotas de Capital a Pagar (b)	5.153.255,52	3.354.507,12
TOTAL	8.196.497,59	8.513.237,47

(a) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(b) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

18.2 Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Impostos E Contribuições S/Serviços De Terceiros	92.522,43	83.020,59
Impostos E Contribuições Sobre Salários	1.402.187,58	1.298.775,43
Outros	291.368,61	167.186,67
TOTAL	1.786.078,62	1.548.982,69

18.3 Diversas

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Cheques Administrativos	4.221.117,10	-	1.880.195,93	-
Obrigações Por Aquisição De Bens E Direitos	178.856,86	-	221.126,40	-
Obrigações De Pagamento Em Nome De Terceiros	942.226,09	-	667.182,57	-
Provisão Para Pagamentos A Efetuar (a)	7.353.698,29	-	9.627.880,34	-
Participações nos Resultados de Empregados (b)	4.781.660,71	-	-	-
Provisão Para Garantias Financeiras Prestadas (c)	603.219,52	2.640.991,43	521.102,46	3.742.817,02
Credores Diversos - País	4.254.703,88	-	3.331.300,55	-
TOTAL	22.335.482,45	2.640.991,43	16.248.788,25	3.742.817,02

(a) Referem-se à provisão para pagamento de despesas de pessoal, outras despesas administrativas e outros pagamentos.

(b) A provisão do Programa de Participação nos Resultados, aprovado pelo Conselho de Administração e registrado em Acordo Coletivo de Trabalho, tem os critérios de reconhecimento e de pagamento estabelecidos conforme Regulamento do Plano de Cumprimento de Metas.

(c) Refere-se à contabilização, da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. Em **31 de dezembro de 2020**, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 195.627.350,06 (R\$ 183.656.358,67 em **31/12/2019**), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

18.4 Provisões Trabalhistas, Fiscais e Cíveis

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Provisão	Depósito	Provisão	Depósito
Para Interposição de Recursos Fiscais - Lei 9.703/1998	3.019.160,54	3.019.160,54	2.974.226,09	2.974.226,09
Trabalhistas	-	40.490,84	-	40.420,69
Cíveis	56.000,00	-	-	-
TOTAL	3.075.160,54	3.059.651,38	2.974.226,09	3.014.646,78

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação de provisão das causas judiciais obedecem a Resolução CMN nº 3.823/2009, portanto, quando exista na data do balanço uma obrigação de "Provável Perda", a Cooperativa reconhece a provisão e quando não for de "Provável Perda", a instituição divulga a contingência passiva, a menos que seja remota a possibilidade de saída de recursos.

a) PIS e COFINS - Quando do advento da Lei nº 9.718/1998, a cooperativa entrou com ação judicial questionando a legalidade da inclusão de seus ingressos decorrentes de atos cooperados na base de cálculo do PIS e COFINS. Os valores em questão foram depositados judicialmente. O processo de PIS sobre Atos Cooperativos teve despacho decisório de sentença em favor da cooperativa no mês de abril de 2018.

b) Segundo a assessoria jurídica do **SICOOB SÃO MIGUEL DO OESTE**, existem processos judiciais nos quais a cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando R\$4.023.051,35. Essas ações abrangem, basicamente, ações trabalhistas, fiscais ou cíveis acerca das principais características das ações, quando relevantes.

c) O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, torna incertos os valores esperados de saída.

19. Instrumentos financeiros

O **SICOOB SÃO MIGUEL SC** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos exercícios findos em **31 de dezembro de 2020 e 2019**, a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

20. Patrimônio líquido

20.1) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Capital Social	80.370.752,15	77.301.354,95
Associados	88.512	83.652

20.2) Reserva de Sobras

20.2.1) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de **10%**, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Saldo Inicial	44.975.758,19	41.265.805,07
(-) Utilização	(286.771,44)	(441.379,44)
Destinação	4.475.926,09	4.151.332,56
TOTAL	49.164.912,84	44.975.758,19

20.2.2) Fundo de Estabilidade Financeira – FEF

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de **45%**, utilizada para cobertura de perdas de receitas ou incremento de despesas conforme regulamento específico.

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Saldo Inicial	79.054.922,93	61.540.701,64
Saldos Oriundos de Incorporação	-	293,99
FEF Central Incorporações (a)	(2.266.123,27)	(2.063.478,87)
(-) Utilização	-	(4.163.000,00)
Restituição de Reservas	46.413,06	69.277,59
Distribuição das Sobras conf. AGO	6.580.221,07	5.067.082,05
Destinação	20.141.667,38	18.604.046,53
TOTAL	103.557.101,17	79.054.922,93

(a) Representada pelo repasse de recurso oriundo do Fundo de Estabilidade Financeira do Sicoob Central SC/RS, o qual foi destinado ao Sicoob São Miguel visando manter os limites operacionais em decorrência dos recursos negativos acumulados provenientes da incorporação da Coopercred. Esse recurso é atualizado pela Taxa Referencial – TR mensalmente. A devolução deste recurso é realizada em parcelas anuais com prazo final até abril/2022.

20.3) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 14/03/2020 os cooperados deliberaram a distribuição da sobra do exercício findo em **31 de dezembro de 2019**, no valor de R\$16.450.552,67 (dezesesseis milhões, quatrocentos e cinquenta mil, quinhentos e cinquenta e dois reais e sessenta e sete centavos), a qual foi destinada da seguinte forma:

Descrição	31/12/2019
Em Conta Corrente do Associado	9.681.073,74
Ao Capital	67.787,29
Cotas de Capital à Pagar - Ex Associados	68.349,14
Fundo de Estabilidade Financeira – FEF	6.580.221,07
Abatimento de Perdas – Associados dos PA's incorporados da Maxicrédito	53.121,43
Sobras Distribuídas	16.450.552,67

20.3.1) Destinações estatutárias e legais

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o montante de sobras acumuladas e as destinações estatutárias e legais da sobra líquida foram:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
01. Resultado depois Trib. s/ Lucro	42.265.757,20	38.004.737,38
02. Remuneração sobre o Capital Próprio	(2.146.719,11)	-
03. Sobras Líquidas do Período (1-2)	40.119.038,09	38.004.737,38
04. Utilização de Reservas	4.640.222,76	5.899.881,52
(+) FATES	4.353.451,32	5.475.602,08
(+) Reserva Legal	286.771,44	424.279,44
05. Resultado do Período (3+4)	44.759.260,85	43.904.618,90
06. Destinações Estatutárias e Legais	26.855.556,51	(27.384.788,64)
(-) FATES Resultado com Não Associados	-	(2.579.393,27)
(-) FATES 5%	(2.237.963,04)	(2.067.116,28)
(-) Reserva Legal 10%	(4.475.926,09)	(4.134.232,56)
(-) Fundo de Estabilidade Financeira - FEF 45%	(20.141.667,38)	(18.604.046,53)
07. Devolução de Reservas	(46.331,45)	(69.277,59)
(+) Fundo de Estabilidade Financeira - FEF	(46.331,45)	(69.277,59)
08. Sobra à disposição da Assembleia Geral (5+6+7)	17.857.372,89	16.450.552,67

21. Provisão de Juros ao Capital

A Cooperativa pagou juros ao capital próprio, visando remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi de 100% ao ano da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, aprovada em reunião do Conselho de Administração do dia 23/10/2020, ATA nº 122. A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular BACEN nº 2.739/1997.

Descrição	2020
Integralização de Juros ao Capital	2.085.099,35
Juros a Pagar a cooperados desligados	61.619,76
TOTAL	2.146.719,11

22. Receitas de operações de crédito

Descrição	2º Sem./2020	2020	2º Sem./2019	2019
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	82.686,97	168.144,34	77.634,02	161.370,45
Rendas de Empréstimos	38.574.482,11	78.634.057,93	41.087.189,62	80.060.227,32
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	2.515.379,96	6.203.442,92	4.721.156,17	9.273.871,50
Rendas de Financiamentos	9.282.329,61	17.617.423,08	7.871.351,20	13.988.233,12
Rendas de Financiamentos Rurais	5.321.840,26	9.161.111,22	2.976.830,56	5.339.068,65
Recuperação De Créditos Baixados Como Prejuízo	6.999.728,68	8.222.168,58	2.758.490,75	4.011.845,81
TOTAL	62.776.447,59	120.006.348,07	59.492.652,32	112.834.616,85

23. Despesas de intermediação financeira

Descrição	2º Sem./2020	2020	2º Sem./2019	2019
Despesas de Captação	(10.510.015,46)	(25.431.567,49)	(21.581.439,60)	(44.064.388,45)
Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses	(3.144.864,79)	(6.291.742,95)	(2.868.478,36)	(5.549.986,46)
Provisões para Operações de Crédito	(17.533.083,79)	(38.689.124,35)	(15.842.738,94)	(46.078.973,10)
Provisões para Outros Créditos	(1.209.705,49)	(3.069.625,97)	(1.226.597,92)	(3.374.204,31)
Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa	11.771.669,30	25.799.013,30	10.547.225,31	36.873.439,47
Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	1.108.652,42	1.599.721,52	601.476,74	862.508,34
TOTAL	(19.517.347,81)	(46.083.325,94)	(30.370.552,77)	(61.331.604,51)

24. Receitas de prestação de serviços

Descrição	2º Sem./2020	2020	2º Sem./2019	2019
Rendas De Cobrança	2.420.778,56	4.659.577,00	2.378.437,45	4.538.508,21
Rendas De Garantias Prestadas	15.190,06	41.220,60	5.487,81	10.102,63
Tarifa Anuidade Cartão De Crédito	526.007,69	1.220.007,83	-	-
Outras Rendas Serviços - Atos Cooperativos	603.061,75	1.070.342,63	2.194.747,38	4.206.813,73
Rendas Prestação De Serviços - Comissão	3.936.947,98	4.791.048,64	1.719.794,22	1.896.667,68
Rendas Transações Intercredis	259.855,46	492.602,36	262.452,82	443.483,99
Rendas Intercâmbio - Cartão De Crédito	385.686,10	788.593,79	331.472,68	602.350,42
Rendas Intercâmbio - Cartão De Débito	370.816,02	687.093,29	264.093,11	497.561,76
Comissão Com Venda De Consórcios C/ Associados	202.359,21	336.426,13	196.632,45	318.604,32
Comissão Com Venda De Seguros C/ Associados	2.715.617,72	4.103.057,03	1.373.555,52	2.719.643,60
Rendas Prestação Serviço - Comissão Sicoob Previ	39.007,06	77.566,75	40.696,82	93.926,57
Rendas Prest. Serviço-Comissão Câmbio (Atend.Cop)	44.246,82	46.102,29	14.402,64	14.402,64
Rendas Prestação Serviço - Comissão Poupança	123.435,50	221.687,65	87.211,62	177.603,95
Rendas Prestação Serviço - Comissão Consig. INSS	542.678,77	853.500,14	272.589,66	644.226,51
Rendas Prestação Serviço - Comissão Consig.Bancoob	1.750,00	4.114,27	-	44.866,57
Rendas De Outros Serviços	611.953,60	1.230.560,04	1.605.046,82	3.284.661,91
TOTAL	12.799.392,30	20.623.500,44	10.746.621,00	19.493.424,49

25. Rendas de tarifas bancárias

Descrição	2º Sem./2020	2020	2º Sem./2019	2019
Rendas De Pacotes De Serviços - PF	2.316.559,41	4.465.519,01	2.229.493,51	4.437.608,34
Rendas De Serviços Prioritários - PF	535.205,72	954.903,18	463.582,31	918.269,25
Rendas De Serviços Diferenciados - PF	288.523,79	547.911,49	413.319,75	951.578,87
Rendas De Tarifas Bancárias - PJ	4.053.914,86	6.902.159,69	4.195.924,10	8.040.716,40
TOTAL	7.194.203,78	12.870.493,37	7.302.319,67	14.348.172,86

26. Despesas de pessoal

Descrição	2º Sem./2020	2020	2º Sem./2019	2019
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(55.602,64)	(108.572,97)	(76.341,54)	(145.769,28)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(1.140.758,22)	(2.223.301,03)	(1.076.029,82)	(2.044.203,38)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(5.206.435,60)	(10.115.953,64)	(4.790.774,10)	(8.943.669,76)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(4.364.158,21)	(8.269.996,22)	(4.111.412,91)	(7.633.682,72)
Despesas de Pessoal - Proventos	(12.131.573,20)	(23.194.665,17)	(12.928.188,81)	(23.217.610,09)
Despesas de Pessoal - Treinamento	(159.767,50)	(449.991,73)	(889.085,76)	(1.587.518,11)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(55.762,74)	(136.990,84)	(89.330,86)	(172.056,71)
TOTAL	(23.114.058,11)	(44.499.471,60)	(23.961.163,80)	(43.744.510,05)

27. Outros dispêndios administrativos

Descrição	2º Sem./2020	2020	2º Sem./2019	2019
Despesas de Água, Energia e Gás	(377.291,95)	(821.438,40)	(372.139,95)	(818.966,17)
Despesas de Aluguéis	(1.822.879,74)	(3.557.250,56)	(1.515.810,76)	(2.842.324,75)
Despesas de Comunicações	(431.280,23)	(844.420,06)	(356.460,42)	(673.355,41)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(164.423,77)	(348.546,94)	(385.570,91)	(762.469,38)
Despesas de Material	(91.322,17)	(275.297,04)	(280.291,75)	(484.500,33)
Despesas de Processamento de Dados	(2.114.644,99)	(5.081.376,62)	(1.900.868,49)	(3.577.862,10)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(583.610,69)	(1.685.417,25)	(1.083.260,40)	(2.642.914,35)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(266.383,28)	(533.477,76)	(447.839,86)	(740.741,38)
Despesas de Publicações	(1.100,00)	(11.113,00)	(9.538,00)	(9.538,00)
Despesas de Seguros	(37.404,09)	(69.107,41)	(16.473,84)	(36.798,56)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(1.728.840,53)	(3.845.025,77)	(2.092.884,46)	(4.217.995,45)
Despesas de Serviços de Terceiros	(1.530.700,18)	(2.946.709,66)	(1.337.664,38)	(2.499.361,64)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(1.222.846,97)	(2.387.790,12)	(1.018.027,76)	(1.947.703,16)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(1.246.229,69)	(2.302.548,98)	(737.457,36)	(1.258.994,39)
Despesas de Transporte	(691.796,59)	(1.414.668,77)	(848.344,62)	(1.522.006,54)
Despesas de Viagem no País	(161.422,03)	(263.985,09)	(188.994,24)	(332.173,33)
Despesas de Amortização	(36.030,16)	(70.180,98)	(26.857,95)	(54.161,09)
Despesas de Depreciação	(1.124.237,90)	(2.229.004,29)	(1.019.046,91)	(1.970.241,39)
Outras Despesas Administrativas	(962.123,09)	(1.868.518,80)	(719.591,13)	(1.158.697,74)
Contribuição a OCE	(54.056,63)	(108.047,53)	(51.637,50)	(103.275,00)
Rateio de despesas da Central	(1.406.525,10)	(2.603.311,97)	(1.364.270,19)	(2.643.459,54)
Rateio de despesa do Sicoob conf.	(266.071,32)	(585.151,26)	(291.972,72)	(673.455,43)
TOTAL	(16.321.221,10)	(33.852.388,26)	(16.065.003,60)	(30.970.995,13)

28. Outras receitas operacionais

Descrição	2º Sem./2020	2020	2º Sem./2019	2019
Recuperação De Encargos E Despesas	342.866,76	705.813,56	507.945,66	757.783,21
Outras	134.042,20	134.042,20	-	70.600,00
Reversão Provisão Para Garantias Prestadas	1.588.502,45	3.178.792,35	1.855.356,13	4.033.531,74
Dividendos	-	72.666,36	-	130.085,65
Deduções E Abatimentos	620,91	5.252,37	2.670,43	16.014,80
Distribuição De Sobras Da Central	1.123.050,25	1.634.015,87	616.010,98	1.170.815,46
Premiações	39.271,51	39.271,51	-	-
Atualização Depósitos Judiciais	17.015,49	45.798,76	45.556,84	165.072,46
Rendas De Repasses Delcredere	639.985,80	1.466.055,60	798.251,90	1.867.605,03
Rendas oriundas de cartões de crédito	1.603.277,02	3.523.160,40	15,36	36.869,08
Outras Rendas Operacionais	1.058.596,73	1.526.494,11	1.206.625,37	1.875.076,95
TOTAL	6.547.229,12	12.331.363,09	5.032.432,67	10.123.454,38

29. Outras despesas operacionais

Descrição	2º Sem./2020	2020	2º Sem./2019	2019
Operações de Crédito - Despesas de Descontos Concedidos em Renegociações	(6.011,70)	(6.376,35)	-	(54.749,05)
Despesas de Recursos do PROAGRO	(344,76)	(364,58)	(670,22)	(1.522,30)
Outras Despesas Operacionais	(1.764.959,10)	(3.383.503,52)	(1.796.888,06)	(4.211.516,67)
Descontos concedidos - operações de crédito	(1.069.406,65)	(1.353.553,56)	(793.771,82)	(1.618.012,95)
Cancelamento - tarifas pendentes	(476.601,55)	(855.367,34)	(387.776,16)	(780.022,61)
TOTAL	(3.317.323,76)	(5.599.165,35)	(2.979.106,26)	(6.665.823,58)

30. Resultado não operacional

Descrição	2º Sem./2020	2020	2º Sem./2019	2019
Lucro Em Transações Com Valores De Bens	333.096,54	463.554,22	110.046,36	286.680,38
Ganhos de Capital	29.919,02	57.370,03	25.966,92	49.107,57
Ganhos de Aluguéis	33.200,00	43.600,00	75.731,52	154.225,73
Reversão de Provisões não Operacionais	177.910,18	712.344,38	106.710,03	201.899,77
Outras Rendas não Operacionais	60,48	64.608,58	37.723,58	39.505,46
(-) Prejuízos em Transações com Valores e Bens	(175.835,75)	(827.177,73)	(559.368,68)	(668.866,43)
(-) Perdas de Capital	(14.162,73)	(27.463,20)	(3.593,69)	(8.804,71)
(-) Despesas de Provisões não Operacionais	(1.209.432,96)	(1.294.632,19)	(715.406,43)	(785.743,56)
(-) Outras Despesas não Operacionais	(10.116,72)	(12.204,71)	(6.496,02)	(8.494,04)
TOTAL	(835.361,94)	(820.000,62)	(928.686,41)	(740.489,83)

31. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e as pessoas jurídicas a estes pertencentes ou que exerçam controle e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas são relevantes com relação as operações de crédito rural no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central. As demais transações, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e demais operações de crédito não são relevantes.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas no exercício de **2020**:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
Vínculo de Grupo Econômico	221.017,53	0,01%	2.623,52
Sem vínculo de Grupo Econômico	4.543.351,22	0,29%	14.966,51
TOTAL	4.764.368,75	0,30%	17.590,03
Montante das Operações Passivas	12.488.050,49	0,99%	

b) Operações ativas e passivas – saldo em 31/12/2020:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Modalidade
Cheque Especial	253,99	0,74	0,01%
Financiamentos Rurais	2.252.350,85	7.501,72	0,88%
Empréstimos	1.031.201,09	6.748,50	0,17%
Financiamentos	1.441.850,02	5.763,72	0,63%
Direitos Creditórios Descontados	42.921,37	-	0,16%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação a Modalidade	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	1.194.263,59	0,36%	0%
Depósitos a Prazo	10.431.341,43	1,10%	0,16%

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Média Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas a.m.
Direitos Creditórios Descontados	1,31%
Empréstimos	1,35%
Financiamentos Rurais - repasses	0,74%
Aplicação Financeira - Pré Fixada	0,53%
Aplicação Financeira - Pós Fixada	95,69%

d) Conforme Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a estes são aprovadas em âmbito do conselho da administração ou, quando delegada formalmente, pela diretoria executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2020	
Empréstimos e Financiamentos	0,16%
Títulos Descontados e Cheques Descontados	0,03%
Crédito Rural (modalidades)	0,17%
Aplicações Financeiras	0,99%

e) As obrigações prestadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:

31/12/2020	31/12/2019
6.241.365,81	1.786.755,06

f) Os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Honorários – Conselho Fiscal	(108.572,97)	(145.769,28)
Honorários – Diretoria e Conselho De Administração	(2.223.301,03)	(2.044.203,38)
Encargos Sociais	(608.078,39)	(561.744,61)
Participação Nos Resultados	(406.731,44)	(317.806,11)
TOTAL	(3.346.683,83)	(3.069.523,38)

32. Cooperativa Central

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS SÃO MIGUEL DO OESTE - SICOOB SÃO MIGUEL SC**, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à **CCC DE SANTA CATARINA E RIO GRANDE DO SUL - SICOOB CENTRAL SC/RS**, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O **SICOOB CENTRAL SC/RS**, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao **SICOOB CENTRAL SC/RS** a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O **SICOOB SÃO MIGUEL SC** responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo **SICOOB CENTRAL SC/RS** perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

33. Gerenciamento de Risco

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

33.1 Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Acordo de Basileia II, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

33.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- a) utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- c) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- d) realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

33.3 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

33.4 Risco de Crédito e Risco Socioambiental

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito e socioambiental para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

33.5 Gestão de Continuidade de Negócios

A Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios (PCN) contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Visando garantir sua efetividade, são realizados anualmente testes nos Planos de Continuidade de Negócios (PCN).

34. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

35. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

O **SÃO MIGUEL DO OESTE-SC** adota a metodologia facultativa simplificada para apuração do requerimento mínimo de Patrimônio de Referência Simplificado (PRS5) definido na Resolução CMN nº 4.606/2017, e o Índice de Basileia, definido na Resolução CMN nº 4.193/2013 e atualizado pela Circular BCB nº 3.678/2013, o qual permite avaliar se o montante de capital regulamentar mantido pela entidade é suficiente para fazer frente aos riscos em que ela está exposta.

O Patrimônio de Referência (PR) do **SÃO MIGUEL DO OESTE-SC** encontra-se compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Patrimônio de referência (PR)	229.184.156,03	194.442.313,17
Índice de Basileia - IB%	17,78	20,85

36. Benefícios a empregados

A cooperativa é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores, na modalidade PGBL. O plano é administrado pela Fundação Sicoob de Previdência Privada – Sicoob Previ.

As contribuições dos funcionários e administradores da cooperativa são equivalentes a no máximo 3% (três por cento) % do salário.

As despesas com contribuições efetuadas durante o exercício de **2020** totalizaram R\$414.340,01 (quatrocentos e quatorze reais, trezentos e quarenta reais, e um centavo).

SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Edemar Fronchetti
Presidente

Pedro Vlademir Schutz
Diretor Financeiro

Camila Erika Nicolau
Contadora
CRC-MG-071309/O-3-T-SC

RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados São Miguel do Oeste – Sicoob São Miguel
SC
São Miguel do Oeste – SC

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados São Miguel do Oeste – Sicoob São Miguel SC, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Sicoob São Miguel SC em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo/SP, 29 de janeiro de 2021.



Ronaldo Reimberg Lima
Contador – CRC 1SP215393/O-1

PARECER DO CONSELHO FISCAL DO SICOOB SÃO MIGUEL

Referente ao exercício de 2020

Nós, membros do Conselho Fiscal da COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS SÃO MIGUEL DO OESTE - SICOOB SÃO MIGUEL SC, cumprindo nossas funções enquanto conselheiros emitimos o seguinte parecer:

Ao analisarmos atos de gestão, documentações e demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, bem como o parecer técnico dos Auditores Independentes, concluímos que as referidas demonstrações refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira do Sicoob São Miguel, somos, portanto, de parecer favorável e recomendamos a sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária.

Por fim, este Conselho Fiscal, além das boas práticas de gestão e governança observadas no Sicoob São Miguel durante o exercício de 2020, sob sua responsabilidade, reconhece a dedicação da equipe técnica e dirigentes que, diretamente, assistiram este Colegiado em toda sua gestão.

São Miguel do Oeste - SC, 03 de fevereiro de 2021.

Sérgio Crestani
Conselheiro Fiscal

Elisabete Regina Dalmagro Herbert
Conselheira Fiscal

Volmir Kennedy Anater
Conselheiro Fiscal

Jair Vicente Tomazi
Conselheiro Fiscal

Lauredir Luiz Brustolin
Conselheiro Fiscal

Celeste Bisutti
Conselheiro Fiscal

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício **2020**



/sicoobsaomiguel



/sicoobsmo



/sicoobsmo

www.sicoobsmo.com.br